



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO **XXVI** / EDIÇÃO 24 DE FEVEREIRO DE 2026



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - PARAÍBA

PORTARIA Nº. 170/2026

INSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR DA PARAÍBA – PTE/PB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CONGO, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, especialmente os previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, notadamente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO que o Município de Congo integra o **Programa de Transporte Escolar da Paraíba – PTE/PB**, mediante convênio celebrado com o Governo do Estado da Paraíba, destinado a assegurar o deslocamento de estudantes da rede estadual de ensino, especialmente aqueles residentes na zona rural;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o adequado acompanhamento, monitoramento, controle e fiscalização da execução do transporte escolar, assegurando regularidade, segurança, qualidade e transparência na prestação do serviço;

CONSIDERANDO, ainda, a importância de instituir instância administrativa municipal responsável pela interlocução formal junto ao **Núcleo de Gestão do Transporte Escolar – NUGTE**, vinculado à Secretaria de Estado da Educação da Paraíba;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito da Administração Pública Municipal, a **Comissão Municipal de Monitoramento e Fiscalização do Transporte Escolar**, vinculada ao Programa de Transporte Escolar da Paraíba – PTE/PB, com a finalidade

de acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução do transporte escolar destinado aos alunos da rede estadual de ensino residentes na zona rural do Município de CONGO/PB.

Art. 2º - A Comissão de que trata esta Portaria será composta por **03 (três) membros**, representantes do Poder Executivo Municipal, designados da seguinte forma:

I – **CARLOS HENRIQUE XAVIER**, portador do CPF nº 086.916.464-38, Técnico da Secretaria de Educação.

II – **FRANCISCO SOLON DE FARIAS**, portador do CPF nº 028.696.814-29, Presidente do Conselho Municipal de Educação;

III – **ROZEMARIO DE SOUSA ALVES**, portador do CPF nº 872.788.394-91, Chefe de Transportes da Secretaria de Educação.

Parágrafo único - A Presidência da Comissão será exercida pelo servidor **ROZEMARIO DE SOUSA ALVES**, a quem competirá coordenar os trabalhos e representar oficialmente o colegiado.

Art. 3º - A Comissão poderá ser composta exclusivamente por membros indicados pelo Poder Executivo Municipal, podendo tais integrantes ser servidores efetivos, comissionados, contratados ou prestadores de serviço, desde que formalmente designados por ato administrativo próprio.

Art. 4º - O ato de criação, designação ou redefinição da Comissão deverá ser acompanhado de **Ata Pública**, na qual serão consignadas as atribuições e poderes delegados, garantindo-se autonomia administrativa necessária ao exercício de suas competências, especialmente para:

I – monitorar e fiscalizar a regular execução do transporte escolar no âmbito do Programa;

II – registrar, apurar, documentar e formalizar ocorrências, irregularidades ou situações anormais verificadas durante a prestação do serviço;

III – elaborar relatórios técnicos, pareceres e comunicações administrativas, sempre que necessário;

IV – comunicar formalmente ao **NUGTE – Núcleo de Gestão do Transporte Escolar**, da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba – SEE/PB, quaisquer fatos relevantes relacionados à execução do transporte escolar;

V – sugerir medidas corretivas e aprimoramentos, visando assegurar a eficiência e segurança do serviço prestado aos estudantes.

Art. 5º - A Comissão poderá ser redefinida, substituída ou reorganizada mediante novo ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º - A participação na Comissão será considerada prestação de serviço público relevante, não ensejando percepção de remuneração adicional, gratificação ou qualquer outra vantagem pecuniária.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Constitucional.
Congo/PB, em 24 de fevereiro de 2026.
Registre-se e publique-se

FLAVIA EMANOELA
SOUSA PEREIRA
QUIRINO:06149769445

Assinado de forma digital por
FLAVIA EMANOELA SOUSA
PEREIRA QUIRINO:06149769445
Dados: 2026.02.24 15:24:51 -03'00'

FLÁVIA EMANOELA DE SOUSA PEREIRA QUIRINO
PREFEITA CONSTITUCIONAL.

Página 1 de 1

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO
DECRETO Nº 0661/2026, de 24 de Fevereiro de 2026

Abre Crédito SUPLEMENTAR para o fim que especifica e da outras providências.

¶ Prefeito Constitucional do Município de CONGO, Estado da Paraíba no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, bem como fundamentado pela Lei Municipal Nº 0381, de 29 de Janeiro de 2026, combinado com o artigo 43, inciso I da Lei Federal 4.320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica Aberto ao Orçamento do Município um Crédito SUPLEMENTAR no valor de R\$ 130.000,00 (Cento e Trinta Mil Reais), para reforçar a dotação abaixo discriminada:

2.05.00	SEC. DE EDUCACAO - SEDUC	
12.365.5000.5001	CONSTRUIR, REFORMAR E/OU AMPLIAR CRECHES	
4.4.90.51.01	OBRAS E INSTALAÇÕES	
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vincul.....	130.000,00
TOTAL		130.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES		130.000,00

Art. 2º Para fazer face as despesas decorrentes deste Decreto contará o Poder Executivo com Superavit Financeiro.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

CONGO, 24 de Fevereiro de 2026

FLAVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
(PREFEITA)



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO **XXVI** / EDIÇÃO 24 DE FEVEREIRO DE 2026

Estado da Paraíba
Câmara Municipal de Congo
Casa José Jorge de Sousa



ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONGO, ESTADO DA PARAÍBA.

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis (2026), às 19h, no edifício sede da Câmara Municipal de Vereadores, sito à Rua Senador Rui Carneiro, 38, Centro, nesta cidade de Congo, Estado da Paraíba, reuniram-se sob a Presidência do Vereador Jucélio Quintans da Silva, da Vice-Presidente, Roseanne Mikaelle Pereira de Oliveira, o 1º Secretário, Adelson Cândido de Sousa Lima, o 2º Secretário, Jerfesson Johan Soares da Silva e, os demais vereadores presentes, numa totalidade de 07 (sete) para realização da primeira sessão ordinária do ano em curso. Após invocar "em nome de Deus o todo poderoso declaro aberta a sessão", o senhor presidente pediu para que o Primeiro Secretário fizesse a leitura de um texto bíblico, o qual leu, Salmo 109, versículo 1 e 2. Em seguida o primeiro secretário fez a chamada nominal dos vereadores, sendo registrada a presença de: Adelson Cândido de Sousa Lima, Jerfesson Johan Soares da Silva, Jorge Humberto Quirino Henrique, Jucélio Quintans da Silva, Maria da Conceição Alves da Silva, Roseanne Mikaelle Pereira de Oliveira, Sebastião da Silva e sendo registrada as ausências justificadas de Marinês da Silva Quirino e Ademir de Oliveira. Em seguida, o senhor presidente informou a matéria do expediente que consta da seguinte forma. Ordem do dia: 1.Leitura e votação da ata da sessão anterior, aprovada por unanimidade dos presentes. 2.Leitura e votação do requerimento nº 01/2026, aprovado por unanimidade dos presentes. 3.Leitura e votação do requerimento nº 02/2026, aprovado por unanimidade dos presentes. 4.Leitura e votação do requerimento nº 03/2026, aprovado por unanimidade dos presentes. 5.Leitura e votação do requerimento nº 04/2026, aprovado por unanimidade dos presentes. 6.Leitura e votação da indicação nº01/2026, aprovada por unanimidade dos presentes. 7.Leitura e votação em primeiro turno do projeto de lei nº 03/2026, aprovado por unanimidade dos presentes. 8.Leitura e votação em primeiro turno do projeto de lei nº 04/2026, aprovado por unanimidade dos presentes. 9.Leitura e votação em primeiro turno do projeto de lei nº 05/2026, aprovado por unanimidade dos presentes. Logo após, o senhor presidente facultou a palavra aos vereadores inscritos no livro de oratória, sendo que não houve nenhum inscrito. Não havendo mais nada a tratar o senhor presidente deu por encerrada a sessão, que para constar foi lavrada à presente ata, que depois de lida e aprovada, segue assinada pela mesa diretora.